

RAIO X DO OURO:

MAIS DE 200 TONELADAS

PODEM SER ILEGAIS

NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS, 229 TONELADAS DE OURO COM INDÍCIOS DE ILEGALIDADE FORAM COMERCIALIZADAS NO PAÍS. ISSO É PRATICAMENTE METADE DA PRODUÇÃO NACIONAL. APENAS CINCO EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO FORAM RESPONSÁVEIS POR UM TERÇO DESSE VOLUME, COMPRANDO OURO DE GARIMPOS NA AMAZÔNIA E CONTAMINANDO OS MERCADOS INTERNACIONAIS.

INDÍCIOS DA ILEGALIDADE DO OURO BRASILEIRO

Entre 2015 e 2020, o Brasil comercializou 229 toneladas de ouro com indícios de ilegalidade. Isso indica que quase a metade do ouro produzido e exportado pelo país tem

origem duvidosa. É o que mostra este estudo do Instituto Escolhas, a partir da análise de mais de 40 mil registros de comercialização de ouro e imagens de extração.

Comercialização de Ouro com Indícios de Ilegalidade (kg e %)

| Ano | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Produção estimada de ouro no país (kg) | 79.213 | 86.670 | 75.918 | 71.752 | 82.083 | 91.953 | 487.588 |
| Ouro com indícios de ilegalidade (kg) | 32.853 | 44.063 | 34.400 | 33.743 | 41.537 | 42.395 | 228.991 |
| Ouro de títulos que sobrepõem Terras Indígenas ou Unidades de Conservação ¹ | 2.201 | 2.731 | 1.713 | 152 | 528 | 1.843 | 9.169 |
| <i>Terras Indígenas</i> | 2.201 | 2.431 | 733 | 14 | - | 26 | 5.406 |
| <i>Unidades de Conservação</i> | - | 300 | 980 | 138 | 528 | 1.817 | 3.763 |
| Ouro de "títulos fantasmas" (sem indícios de extração) | 14.161 | 14.544 | 11.579 | 16.862 | 16.703 | 18.948 | 92.796 |
| Ouro de títulos onde há indícios de extração para além dos limites permitidos | 1.045 | 4.150 | 156 | 9.200 | 13.064 | 14.687 | 42.302 |
| Ouro sem a informação dos títulos de origem ² | 15.446 | 22.638 | 20.952 | 3.467 | - | 485 | 62.988 |
| Ouro exportado sem registros que correspondam à produção oficial ³ | - | - | - | 4.061 | 11.241 | 6.433 | 21.736 |
| % de ouro com indícios de ilegalidade | 41% | 51% | 45% | 47% | 51% | 46% | 47% |

Fonte: elaboração própria com base em dados da ANM e do projeto Mapbiomas. Nota: a produção de ouro foi estimada com base nos registros de recolhimento da CFEM, conforme detalhado na metodologia (ver parte final do documento). As sobreposições com Unidades de Conservação consideram apenas aquelas onde a atividade de mineração não é permitida.

¹ Foram identificados 11 títulos, entre Concessões de Lavra, Lavras Garimpeiras e Autorização de Pesquisa, que comercializaram ouro no período analisado e têm alguma sobreposição com Terras Indígenas e Unidades de Conservação onde a mineração não é permitida. Deles, 8 também estão na categoria de "títulos fantasmas", sem indícios de extração, indicando que podem ser usados para "lavar" ouro dessas áreas protegidas. Outros 2 títulos também apresentam indícios de extração para além dos limites permitidos. O volume de ouro comercializado por esses 10 títulos foi subtraído dessas outras duas categorias para não haver dupla contagem.

² A informação sobre os títulos de origem está ausente da base de dados da ANM que registra as operações de recolhimento da CFEM.

³ Para realizar uma análise conservadora dos dados, este trabalho considerou somente as exportações de ouro registradas no código SH4 7108, que inclui ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó. Veja mais detalhes na metodologia, ao final deste documento.

Os indícios de ilegalidade levantados neste estudo aparecem em cinco tipos de situação. São identificados quando o ouro é comercializado: (i) de títulos de extração que avançam sobre Terras Indígenas (TI) ou Unidades de Conservação (UC), onde a mineração não é permitida; (ii) de “títulos fantasmas”, onde não há indícios de extração ocorrendo, mostrando que podem estar sendo usados para a “lavagem de ouro”; (iii) de títulos onde há indícios de que a extração ocorre para além dos limites geográficos autorizados; (iv) sem a informação sobre os títulos de origem, que é obrigatória e, na sua

ausência, torna a origem do ouro duvidosa. E, por fim, (v) quando o ouro é exportado, mas sem os registros correspondentes nos dados da produção oficial.

Do volume total de ouro com indícios de ilegalidade, **mais da metade veio da Amazônia** (54%), principalmente do Mato Grosso (26%) e do Pará (24%). Os casos envolvendo áreas protegidas incluem a TI Sararé (MT), a TI Kayabi (MT/PA) e os Parques Nacionais da Amazônia (PA), Mapinguari (AM/RO), do Acari (AM) e Montanhas do Tumucumaque (AP/PA).

AS 4 EMPRESAS QUE LIDERAM A COMPRA DE OURO DE GARIMPOS NA AMAZÔNIA

Dentre as empresas envolvidas na comercialização de ouro com indícios de ilegalidade, estão as quatro principais Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) que compram ouro de garimpos na Amazônia: a F.D’Gold, a OM (Ourominas), a Parmetal e a Carol⁴.

Entre 2015 e 2020, elas movimentaram **um terço de todo o volume com indícios de ilegalidade** encontrado neste estudo, ou 79 toneladas. Isso significa que **87% de suas operações são duvidosas**.

Três delas – a F.D’Gold, a Carol e a Ourominas – já fazem parte de ações judiciais recentes do Ministério Público Federal (MPF),

que pedem a suspensão de suas atividades pela comercialização de ouro ilegal no Pará⁵.

No período analisado, as quatro empresas comercializaram um total de 90 toneladas de ouro. De acordo com este estudo, no montante há 50 toneladas sem informações sobre os títulos de origem. Há também 13,5 toneladas que vieram de 352 títulos sem indícios de extração ocorrendo, ou seja, títulos que podem ser considerados “fantasmas”. Outras 14 toneladas foram compradas de 167 títulos com indícios de extração para além dos limites geográficos autorizados e 1,5 tonelada veio de 4 títulos sobrepostos a Unidades de Conservação onde a mineração não é permitida⁶.

⁴ De acordo com as operações de ouro registradas pela ANM no ano de 2020. Em 2021, a Fênix DTVM passa a fazer parte do ranking das principais DTVMs que compram ouro, como mostrado mais adiante.

⁵ “MPF pede suspensão de instituições financeiras que compraram ouro ilegal no Pará”. Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

⁶ Os títulos possuem sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia (PA) e com o Parque Nacional Mapinguari (AM).

Comercialização de Ouro pelas DTVMs Analisadas (2015-2020) (kg e %)

| | F.D'Gold | OM (Ourominas) | Parmetal | Carol | Total |
|---|---------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| Comercialização total | 35.444 | 26.218 | 16.558 | 11.755 | 89.975 |
| Comercialização com algum indício de ilegalidade | 29.788 | 23.354 | 14.861 | 10.585 | 78.588 |
| % do total comercializado | 84% | 89% | 90% | 90% | 87% |
| <i>A partir de títulos considerados "fantasmas" (sem indícios de extração)</i> | 6.803 | 2.805 | 1.096 | 2.812 | 13.515 |
| <i>% do total comercializado</i> | 19% | 11% | 7% | 24% | 15% |
| <i>A partir de títulos que sobrepõem UCs</i> | 965 | - | 541 | 30 | 1.535 |
| <i>% do total comercializado</i> | 3% | 0% | 3% | 0,3% | 2% |
| <i>A partir de títulos onde há indícios de extração além dos limites permitidos</i> | 5.965 | 2.351 | 3.028 | 2.367 | 13.711 |
| <i>% do total comercializado</i> | 17% | 9% | 18% | 20% | 15% |
| <i>Sem a informação dos títulos de origem</i> | 16.056 | 18.198 | 10.196 | 5.377 | 49.827 |
| <i>% do total comercializado</i> | 45% | 69% | 62% | 46% | 55% |

Fonte: elaboração própria com base em dados da ANM e do projeto Mapbiomas. Nota: para analisar as sobreposições em Unidades de Conservação foram consideradas somente aquelas onde a atividade de mineração não é permitida.

O papel das DTVMs, a lavagem de ouro e os títulos fantasmas

Todo ouro que sai dos garimpos precisa ser vendido obrigatoriamente para empresas autorizadas pelo Banco Central, as DTVMs⁷. Durante a comercialização, o ouro ilegal pode ser facilmente declarado como vindo de áreas autorizadas, pois não existem controles. Basta indicar nos registros o número de um título de extração válido. Assim o ouro é "lavado" e entra no mercado como se fosse legal. Quando isso acontece por meio do registro de um título válido, onde, na realidade, não há nenhuma atividade mineral acontecendo, ele é chamado de "título fantasma".

Este estudo também confirma que essas quatro DTVMs, todas com sede em São Paulo e com postos de atendimento concentrados na Amazônia, além de comercializar o ouro com indícios de irregularidades, possuem vinculações por toda a cadeia.

Seus laços vão desde a extração do ouro, passando pelo refino, pelas exportações até relações políticas. Possuem também vinculações familiares e empresariais entre si, mostrando como os fios da cadeia do garimpo são mais entrelaçados do que se imagina.

⁷ Conforme a Lei 12.844, de 19 de julho de 2013.

F.D'Gold

A F.D'Gold é a DTVM que mais movimenta ouro no país⁸. Por meio de seu representante, Dirceu Frederico Sobrinho, tem ligações por toda a cadeia do ouro, incluindo empresas de extração e de refino, de transporte aéreo, uma *holding* e empresas de intermediações e participações.

Este levantamento mostra que Dirceu é o titular de 32 garimpos⁹, nos municípios de Itaituba e Jacareacanga, no Pará, mas nenhum deles registrou comercialização de ouro no período analisado. Ele também tem registrado 137 requerimentos de lavra garimpeira em Itaituba, que são pedidos para autorizar a extração¹⁰.

Dirceu também já foi candidato pelo Pará a suplente de Flexa Ribeiro, nas eleições de 2018 para o Senado¹¹, e é presidente da ANORO (Associação Nacional do Ouro), uma entidade de representação setorial. Dentre os associados da ANORO estão outras DTVMs, como a Carol, a Parmetal e a Coluna, uma empresa do grupo da Fênix DTVM, uma cooperativa de garimpeiros, uma empresa de transporte de valores, a refinadora Marsam e uma empresa de exportação de metais preciosos, a BP Trading.

A BP Trading, inclusive, já esteve vinculada às empresas de Dirceu. O presidente da BP Trading, Francisco Carlos Ferreira Junior, já esteve ligado à Marsam Refinadora¹². No entanto, a formação societária da Marsam Refinadora mudou recentemente e agora ela está em nome de Sarah Janaina Almeida Frederico Westphal, filha de Dirceu¹³.

Na teia de relações empresariais de Dirceu, está também Pedro Augusto Almeida Frederico, seu sócio na Mineração Vila Porto Rico e em uma empresa de incorporação imobiliária. Pedro possui 5 garimpos em Itaituba. Dois deles venderam oficialmente 8,6 kg de ouro para a F.D'Gold DTVM entre 2019 e 2020. Pedro também é o titular de 35 requerimentos de lavra garimpeira em Itaituba e está ligado a empresas de segurança, de locação de aeronaves e de transporte de valores.

⁸ De acordo com as operações de ouro registradas pela ANM no ano de 2020.

⁹ Neste trabalho denominamos de garimpo as Permissões de Lavra Garimpeira.

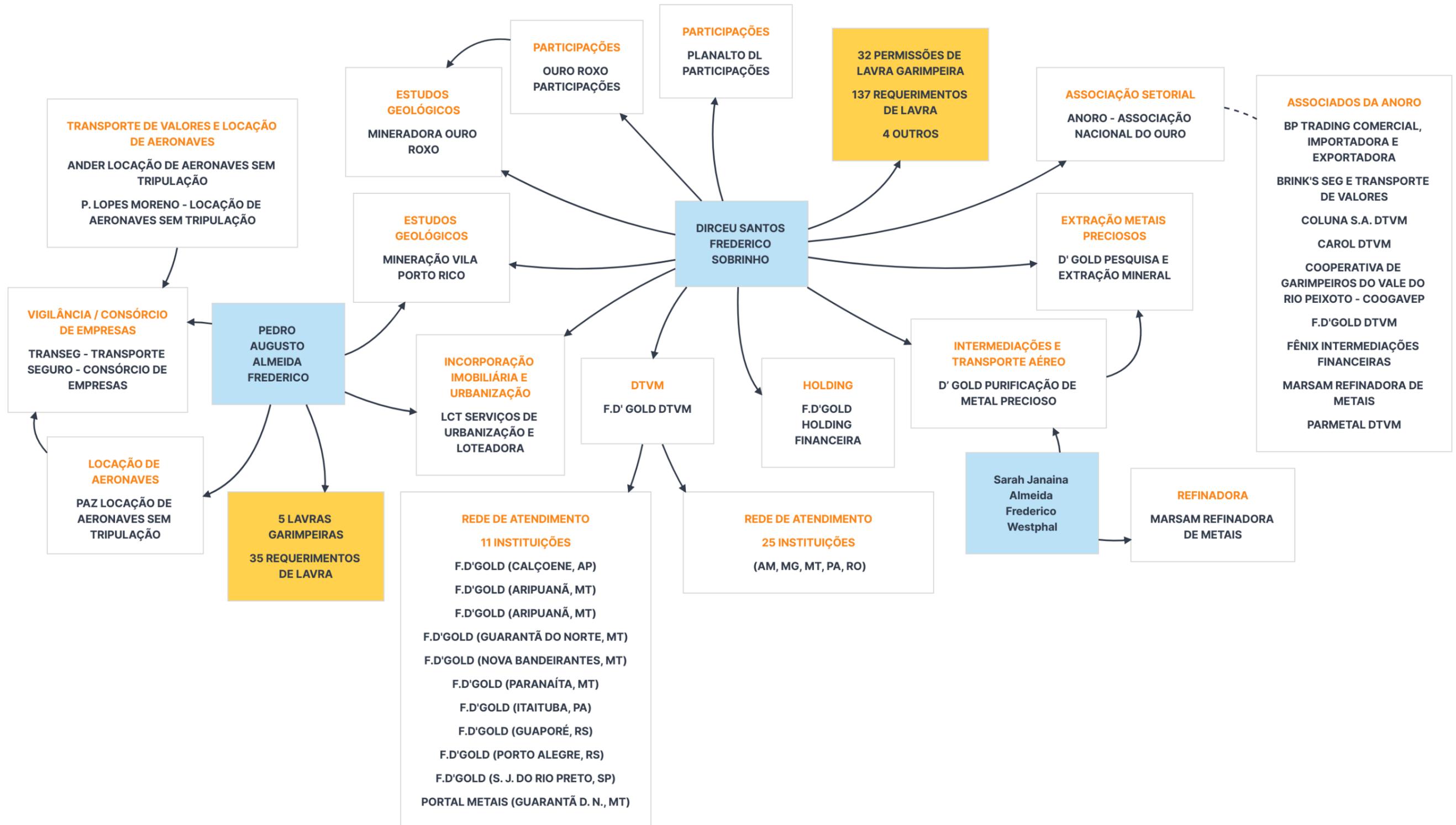
¹⁰ Em nome de Dirceu também foram identificados 4 processos envolvendo pesquisa mineral e disponibilidade de área.

¹¹ Informações sobre a candidatura disponíveis em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

¹² De acordo com informações públicas sobre a participação em CNPJs. Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

¹³ "Com receita de R\$ 1,4 bi, maior exportadora de ouro do garimpo tem cadeia contaminada por metal ilegal". Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

F.D'GOLD E SUAS LIGAÇÕES NA CADEIA DO OURO



Fonte: elaboração própria com base em dados públicos dos CNPJs das empresas. Nota: a figura apresenta apenas as pessoas físicas que possuem processos minerários identificados ou aquelas necessárias para mostrar a relação entre empresas. O levantamento não é exaustivo e não significa a inexistência de outras ligações.

OM (Ourominas)

A Ourominas é a segunda DTVM que mais comercializa ouro no país¹⁴. Seu sócio, Juarez de Oliveira e Silva Filho, possui uma teia de vinculações empresariais e pessoais que incluem todos os elos da cadeia do ouro, uma *holding* em Dubai e relações com a mídia e a política do Mato Grosso.

Ele também é titular de 6 requerimentos de lavra garimpeira em Mazagão, no Amapá, e em Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso¹⁵. Também é dono da Heureka Mineração, que tem 5 garimpos em Nossa Senhora do Livramento, no Mato Grosso. Nenhum deles comercializou ouro no período analisado. A empresa tem ainda 1 requerimento de lavra garimpeira no mesmo município.

Juarez também é sócio da TV Ourominas, em Matupá, Mato Grosso, junto com Antônio da Cunha Barbosa Neto, que é sobrinho de Silval Barbosa, ex-governador do Mato Grosso¹⁶.

Antônio da Cunha Barbosa Neto possui, além da TV Ourominas, uma empresa de transporte e extração de minérios e outras empresas de rádio e televisão no Mato Grosso. Em uma delas, a Rádio A Voz do Oeste, tem como sócio seu pai, Antônio da Cunha Barbosa Filho, irmão do ex-governador e que tem 27 requerimentos de lavra garimpeira no município de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso¹⁷.

Juarez de Oliveira e Silva Filho também possui empresas do tipo *holding*, como a Leilito Participações, na qual tem como sócio seu irmão¹⁸, Roselito Soares da Silva Filho, que já foi eleito prefeito de Itaituba, no Pará, em 2004 e 2008¹⁹.

Roselito também tem um dos postos da rede de atendimento da Ourominas DTVM, em Itaituba, outra *holding* em São Paulo e é representante de uma *holding* de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, a Maison Prime. Ainda está vinculado a duas empresas que exportam metais preciosos, a Omex e a Ourominas Joias. As duas estão ativas e exportando de acordo com os registros do Ministério da Economia²⁰. O representante da Omex, Mauricio Gaioti da Silva, também é presidente da North Star Refino, que está sendo instalada em Belém, no Pará, e que terá capacidade de refinar 24 toneladas de ouro por ano²¹.

¹⁴ De acordo com as operações de ouro registradas pela ANM no ano de 2020.

¹⁵ Possui também 4 processos para pesquisa mineral de ouro.

¹⁶ "Familiares de ex-governador Silval Barbosa seguem filiados ao MDB". Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

¹⁷ Possui também 2 processos para pesquisa mineral de ouro.

¹⁸ Este e outros parentescos mencionados têm como base informações públicas coletadas online, com último acesso em 4/2/22, a saber: (i) em ação judicial e decisão, disponível em <Link>; (ii) em informações sobre o processo de número único 1003071-57.2021.8.11.0007, da comarca de Alta Floresta, que pode ser consultado em <Link>; (iii) em certidão da Justiça Eleitoral, disponível em <Link>; (iv) em ata de sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, disponível em <Link>; (v) em artigo do site Wikipedia, disponível em <Link>.

¹⁹ Informações disponíveis em: <Link> e <Link>. Último acesso: 4/2/22.

²⁰ Apesar da natureza das empresas, pelos registros oficiais disponíveis não é possível identificar o detalhamento dos produtos exportados, nem o destino.

²¹ "Comitiva do Estado conhece obras da primeira refinaria de ouro do Pará". Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

Roselito já esteve vinculado também a duas empresas de metalurgia de metais preciosos, a Papibaquigrafo e a Ourominas Análise de Metais. As duas estão desativadas e nelas participavam outros dois irmãos de Roselito e Juarez, Roberto Soares da Silva e Rogério Lucio Soares da Silva²².

Rogério Lucio já foi eleito Deputado Federal pelo Mato Grosso em 1994 e em 2002²³. Ele tem 3 requerimentos de lavra garimpeira em Maués, no Amazonas, e participa da empresa Ouroroger, que comercializa joias e metais preciosos, e da Gold Merican Mineração, que faz metalurgia de metais preciosos.

²² De acordo com as informações coletadas e referenciadas na nota 18.

²³ Informações disponíveis em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

Parmetal

A Parmetal é a terceira DTVM que mais movimenta ouro no país²⁴. Um de seus representantes é Valdemir de Melo, que também é dono de duas *holdings*.

Valdemir de Melo já foi preso em 2012 em uma operação da Polícia Federal para desmontar um esquema de extração e comercialização de ouro ilegal de Terras Indígenas na Amazônia. Ele foi apontado como um dos principais operadores do esquema e a Parmetal DTVM, entre as empresas que comercializaram o ouro ilegal²⁵.

Seu filho, Valdemir de Melo Junior, é sócio de diversos postos da rede de atendimento da Parmetal DTVM, por meio da empresa Real Brasil Metais, que também tem em seu quadro societário a RBM, uma empresa de metalurgia de metais preciosos.

Ele é ainda o titular de 9 garimpos em Itaituba, no Pará. Oito deles venderam oficialmente 62,8 kg de ouro entre 2018 e 2020 para sua empresa Real Brasil Metais e para a Parmetal DTVM. De acordo com as informações analisadas neste estudo, esses garimpos não possuíam indícios de extração ocorrendo e são considerados, portanto, como “títulos fantasmas”.

Em 2019, Valdemir de Melo Junior também foi preso após outra operação da Polícia Federal que investigou a compra de ouro ilegal da Venezuela e de Roraima para comercialização em São Paulo. Também foram bloqueados seus bens e das empresas RBM e Voll *holding*²⁶.

A Parmetal DTVM está ligada, ainda, a outras grandes DTVMs que operam na cadeia do ouro. Dentre seus 17 postos da rede de atendimento, está a empresa Ourobrasil Representações, em Alta Floresta, no Mato Grosso, que pertence a Robson Luiz Soares da Silva, outro irmão de Juarez de Oliveira e Silva Filho, o dono da Ourominas DTVM²⁷.

Robson já foi prefeito de Alta Floresta entre 1993 e 1996 e Suplente de Deputado Estadual por Mato Grosso em 2002²⁸. Ele também possui uma autorização de pesquisa para ouro no município.

Dentre os postos da rede de atendimento da Parmetal DTVM, estão empresas ligadas ao grupo da Fênix DTVM, outra instituição financeira que comercializa ouro com indícios de irregularidades.

Uma delas é a Sandro S. G. da Silva e Cia, em Poconé, no Mato Grosso. A empresa é de Sandro Sebastião Gomes da Silva, sócio da Fênix DTVM, e de José Lúcio do Amaral, mencionados mais adiante no caso da Fênix DTVM. Outro posto da rede de atendimento da Parmetal DTVM é a empresa Fênix Metais, em Pontes e Lacerda, Mato Grosso.

²⁴ De acordo com as operações de ouro registradas pela ANM no ano de 2020.

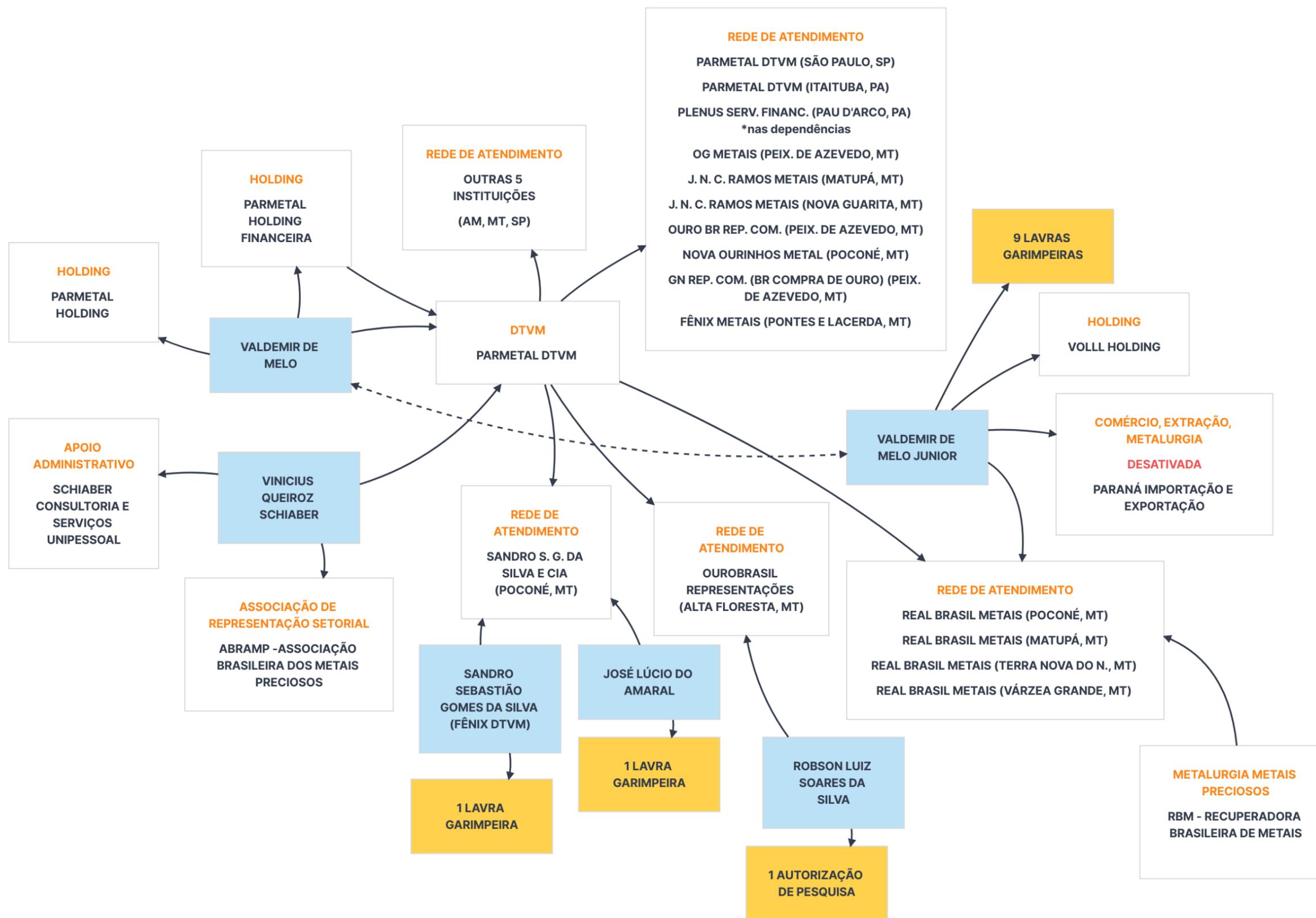
²⁵ “Empresário e filho são detidos pela PF com 23 kg de ouro”. Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

²⁶ “Justiça divulga nomes de presos na operação da Polícia Federal”. Disponível em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

²⁷ De acordo com as informações coletadas e referenciadas na nota 18.

²⁸ Informações disponíveis em: <Link>. Último acesso: 4/2/22.

PARMETAL E SUAS LIGAÇÕES NA CADEIA DO OURO



Fonte: elaboração própria com base em dados públicos dos CNPJs das empresas.
 Nota: a figura apresenta apenas as pessoas físicas que possuem processos minerários identificados ou aquelas necessárias para mostrar a relação entre empresas. O levantamento não é exaustivo e não significa a inexistência de outras ligações.

Carol

A Carol é a quarta DTVM que mais movimenta ouro no país²⁹. No passado, seus sócios tinham empresas ligadas ao refino de ouro, como a Purificação de Metais Carol, e à exportação, como a Comex Metals. Hoje, essas empresas estão com seus cadastros desativados.

Dentre os 10 postos da rede de atendimento da Carol DTVM, dois estão vinculados a cooperativas de garimpeiros. Um deles, em Itaituba, no Pará, é de Fernando Lucas Tavares da Silva, que é diretor da UNIOURO, Cooperativa de Garimpeiros e Comerciantes de Metais Preciosos. A cooperativa tem 3 requerimentos recentes, de 2021, para lavra garimpeira em Itaituba.

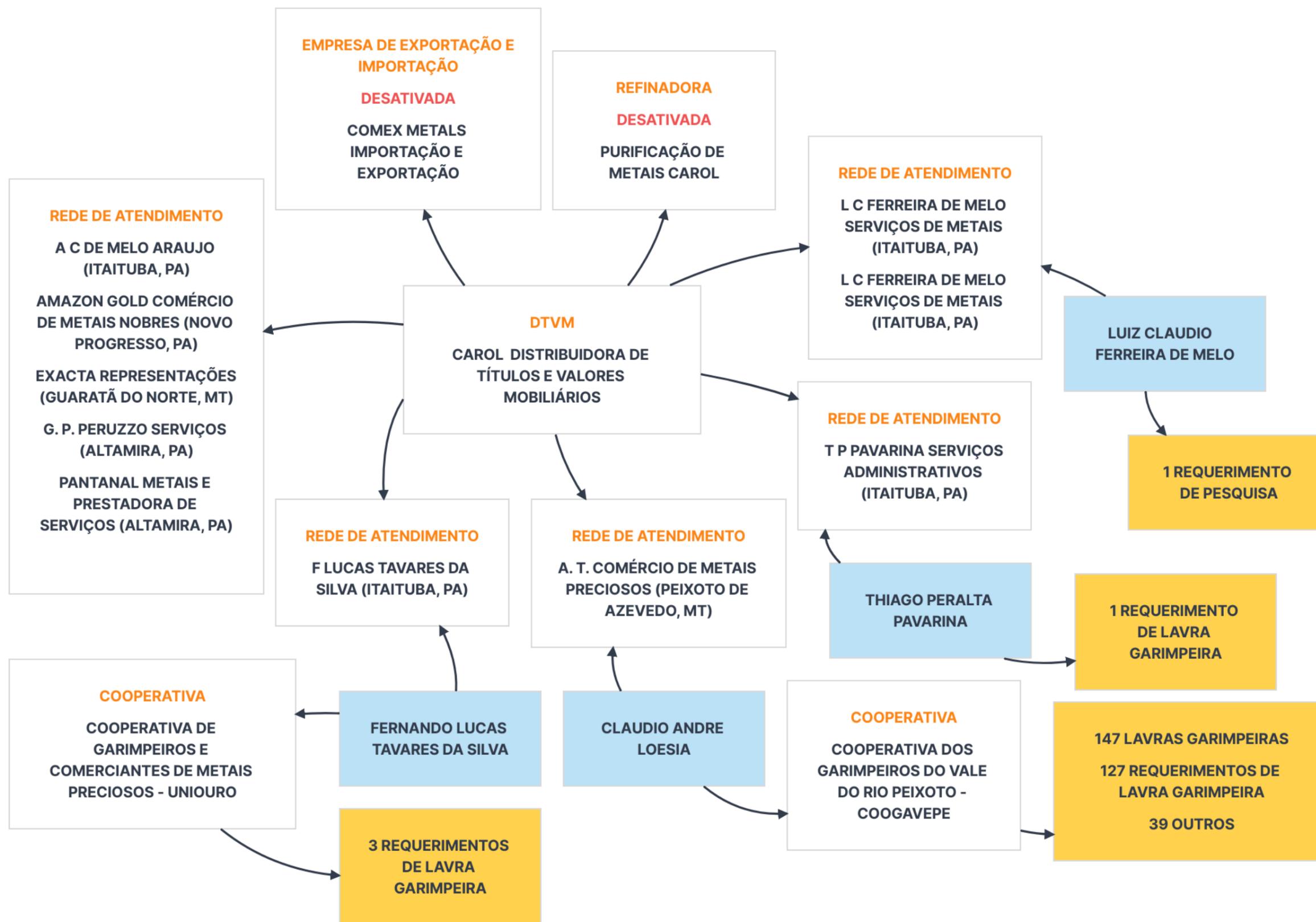
O outro posto de atendimento está em Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, e é de Claudio Andre Loesia, diretor da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (Coogavepe). A cooperativa tem 147 garimpos, sendo 3 no Pará e os demais em Mato Grosso³⁰.

Entre 2018 e 2020, a cooperativa comercializou 13.126 kg de ouro a partir de 109 desses garimpos. Em 6 deles, que venderam 121 kg de ouro, não havia indícios de extração dentro das áreas e eles foram considerados, portanto, como “títulos fantasmas”. Em 63 deles, que venderam 10.792 kg de ouro, havia indícios de extração para além dos limites geográficos autorizados.

²⁹ De acordo com as operações de ouro registradas pela ANM no ano de 2020. Em 2021, a Fênix DTVM passa a fazer parte do ranking das principais DTVM que compram ouro, à frente da Carol.

³⁰ A Coogavepe também possui 127 requerimentos de lavra garimpeira, 38 processos de pesquisa e 1 de disponibilidade.

CAROL DTVM E SUAS LIGAÇÕES NA CADEIA DO OURO



Fonte: elaboração própria com base em dados públicos dos CNPJs das empresas.
 Nota: a figura apresenta apenas as pessoas físicas que possuem processos minerários identificados ou aquelas necessárias para mostrar a relação entre empresas.
 O levantamento não é exaustivo e não significa a inexistência de outras ligações.

FÊNIX AVANÇA NA CORRIDA PELO OURO E EXPORTA PARA A ÍNDIA

Em 2020, F.D'Gold, Ourominas, Parmetal e Carol foram as DTVMs que mais movimentaram ouro no Brasil. Mas outra empresa passou a disputar esse ranking: a Fênix DTVM, criada em setembro de 2020. Em 2021, ela já era a terceira maior do país³¹.

Trata-se de mais um caso que ilustra a participação de empresas do sistema financeiro na comercialização de ouro com indícios de irregularidades. Em 2020, a empresa comprou 78 kg de ouro de 38 garimpos na Amazônia. Desse volume, 48 kg (ou 62%) vieram de áreas com risco de ilegalidade.

Foram comprados 9 kg de ouro de 3 garimpos sem indícios de extração dentro deles,

ou seja, “títulos fantasmas”, que podem estar sendo usados para “lavar” ouro ilegal e colocá-lo no mercado. Eles estão nos municípios de Santa Maria das Barreiras, no Pará, e em Nossa Senhora do Livramento e Poconé, no Mato Grosso.

Outros 39 kg de ouro vieram de 19 garimpos com indícios de extração para além dos limites geográficos autorizados. Por isso, esse ouro também apresenta forte risco de irregularidades. Um desses garimpos está em Itaituba, outro em Ourilândia do Norte (PA), mais um em Nossa Senhora do Livramento e os demais em Poconé (MT).

Comercialização de Ouro pela Fênix DTVM (2020) (kg e %)

| | Fênix |
|---|--------------|
| Comercialização total | 78 |
| Comercialização com algum indício de ilegalidade | 48 |
| % do total comercializado | 62% |
| <i>A partir de títulos considerados fantasmas (sem indícios de extração)</i> | 9 |
| <i>% do total comercializado</i> | 12% |
| <i>A partir de títulos onde há indícios de extração além dos limites permitidos</i> | 39 |
| <i>% do total comercializado</i> | 50% |

Fonte: elaboração própria com base em dados da ANM e do projeto Mapbiomas.

³¹ De acordo com os dados de recolhimento de CFEM registrados na ANM.

Em 2020, empresas vinculadas ao grupo da Fênix DTVM também venderam ouro para a Índia, país que é o sexto maior comprador de ouro do Brasil³².

Por meio das empresas FNX Comércio de Metais³³ e Fênix Metais do Brasil³⁴, foram realizados 5 embarques de ouro para a Índia, pelo aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. O ouro teve como destino a refinadora Yash Oro India Private Ltd, que fabrica barras e moedas de ouro, em Telangana.

| Embarques de Ouro da Fênix Metais para a Índia (2020) | | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------|
| Data de chegada | Origem | Destinatário | Valor Kg |
| 14/12/2020 | Aeroporto de Guarulhos (SP) | Yash Oro India Private Ltd | 40,88 |
| 08/12/2020 | Aeroporto de Guarulhos (SP) | Yash Oro India Private Ltd | 25,47 |
| 14/08/2020 | Aeroporto de Guarulhos (SP) | Yash Oro India Private Ltd | 51,52 |
| 08/08/2020 | Aeroporto de Guarulhos (SP) | Yash Oro India Private Ltd | 35,47 |
| 30/07/2020 | Aeroporto de Guarulhos (SP) | Yash Oro India Private Ltd | 20,64 |
| Total | | | 173,98 |

Fonte: elaboração própria a partir de dados adquiridos de empresa de coleta de dados comerciais. Os valores em quilo podem estar sujeitos a erros de digitação nos documentos aduaneiros.

³² De acordo com os dados do ComexStat, em 2020 a Índia importou do Brasil 4,6 toneladas de ouro, avaliadas em 234 milhões de dólares.

³³ A FNX Comércio de Metais está registrada como empresa exportadora nos registros do Ministério da Economia.

³⁴ A Fênix Metais do Brasil aparece como remetente nos registros de exportações de ouro para a Índia.

A Fênix DTVM foi fundada em Cuiabá. Um de seus sócios, Sandro Sebastião Gomes da Silva, possui um garimpo em Poconé³⁵, um comércio de armas e munições e um dos 20 postos da rede de atendimento da Fênix DTVM.

Nesse posto da rede de atendimento, Sandro é sócio de José Lucio do Amaral, titular de um garimpo em Poconé que vendeu 43 kg de ouro entre 2019 e 2020 para as DTVMs F.D'Gold, Parmetal e Fênix e para a Real Brasil Metais. Nessa área havia indícios de extração para além dos limites permitidos, o que representa um risco de irregularidade.

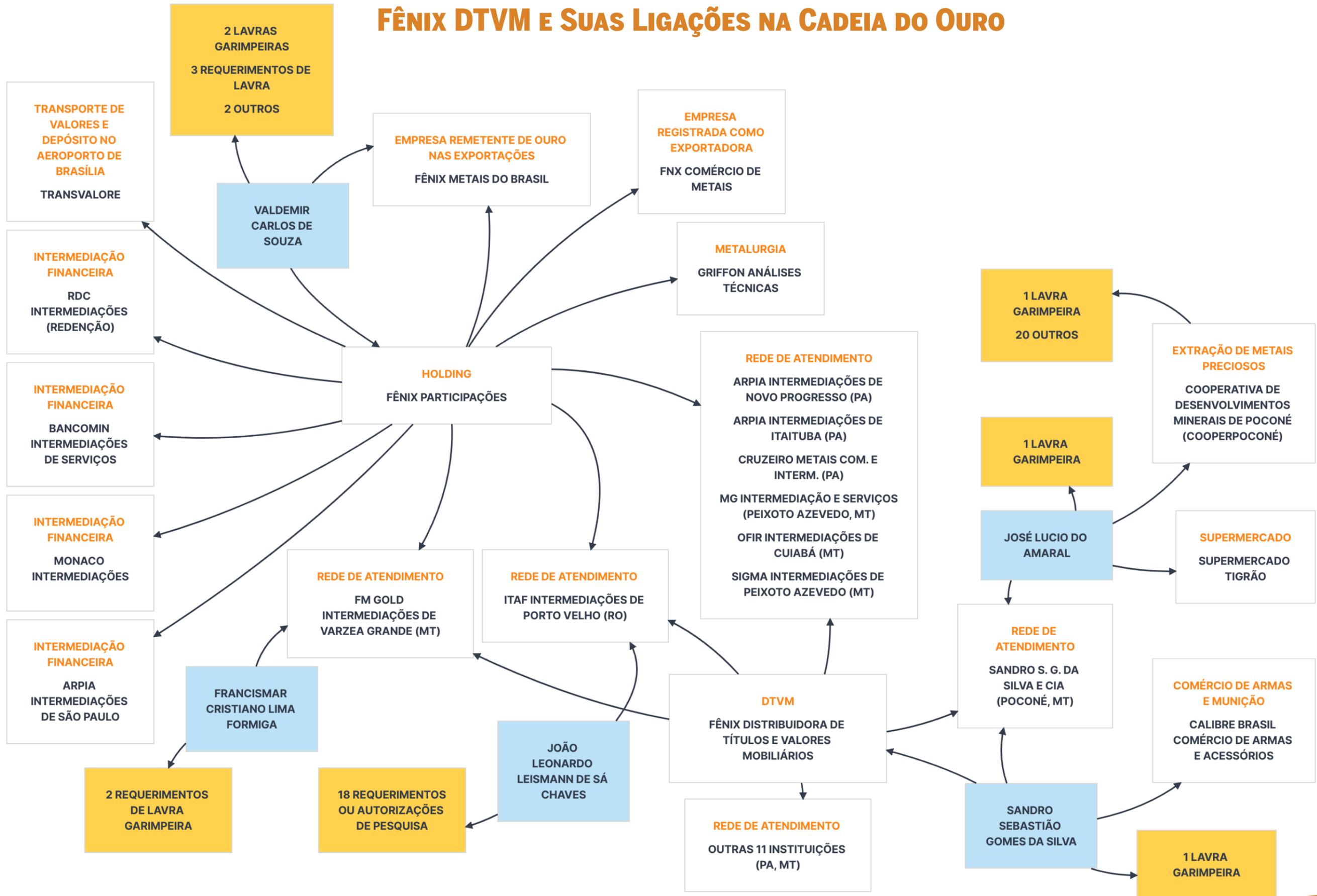
Outros sócios da Fênix DTVM também fazem parte da *holding* Fênix Participações. A

holding participa das empresas FNX Comércio de Metais e Fênix Metais do Brasil, que comercializaram e exportaram ouro. Está também ligada a uma empresa de metalurgia de metais preciosos, uma empresa de transporte de valores e armazenagem no aeroporto de Brasília, quatro empresas de intermediações financeiras e oito postos da rede de atendimento da Fênix DTVM.

Um dos sócios da *holding*, Valdemir Carlos de Souza, tem 2 garimpos, um em Poconé e outro em Nossa Senhora do Livramento. Este último comercializou 270 kg de ouro entre 2018 e 2020. Ele também tem 3 requerimentos de lavra garimpeira e 2 requerimentos de pesquisa em Poconé.

³⁵ A lavra garimpeira está vencida desde 2015 e não tem registro de comercialização ou indícios de extração.

FÊNIX DTVM E SUAS LIGAÇÕES NA CADEIA DO OURO



Fonte: elaboração própria com base em dados públicos dos CNPJs das empresas. Nota: a figura apresenta apenas as pessoas físicas que possuem processos minerários identificados. O levantamento não é exaustivo e não significa a inexistência de outras ligações.

SEM CONTROLE, A ILEGALIDADE TOMA CONTA DO MERCADO

O ouro com fortes indícios de ilegalidade que circula pelo mercado brasileiro, representando quase metade da produção nacional, tem contaminado os mercados internacionais. Para além do caso indiano, outros países que compram ouro do Brasil, como Canadá, Suíça e Reino Unido, além de tantos outros, seguem expostos a esse risco.

Colocar um fim ao problema, e aos graves impactos ambientais e sociais que o acompanham, pode ser uma tarefa complexa diante de sua magnitude, mas é possível avançar nessa direção com a adoção de um conjunto de medidas pelos principais atores envolvidos na cadeia.

No que cabe ao Governo Brasileiro por meio de órgãos como o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Mineração e o Banco Central, é necessário que sejam editados regulamentos para implantar um **sistema de rastreabilidade de origem e conformidade ambiental e social da produção e do comércio de ouro**. Além disso, é urgente que haja recursos para a fiscalização, o combate aos crimes e para acabar com a extração de ouro em Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

O Congresso Nacional também tem papel importante para reverter a situação de descontrole na cadeia do ouro. Já tramita no Senado o [Projeto de Lei 836/2021](#)³⁶, que estabelece as bases para um sistema de rastreabilidade do metal. **Esse projeto precisa ser apoiado, aprovado e colocado em prática.**

Além disso, as normativas jurídicas que organizam o setor mineral precisam ser revistas para garantir controles e fiscalização adequados e reconhecer os impactos da extração de ouro, que se configura como **uma atividade insustentável, em qualquer contexto.**

Os garimpos são uma das principais ameaças à floresta amazônica e seus povos e estão longe de operar em escala artesanal e rudimentar, atuando como verdadeiras organizações industriais. Por isso, o tratamento diferenciado que existe hoje para a mineração industrial e o garimpo deve acabar. **O regime de Permissão de Lavra Garimpeira deve ser extinto.**

Ainda, a [Lei 12.844/2013](#), que trata, dentre outras questões, do transporte e da comercialização de ouro dos garimpos, facilita a “lavagem de ouro” e dificulta a fiscalização e a responsabilização. Ela exige as DTVMs da responsabilidade pelas irregularidades, garantindo que suas compras de ouro sejam feitas de boa-fé, desde que guardem os formulários preenchidos pelos próprios garimpeiros com uma autodeclaração da origem do ouro. **É preciso acabar com esse regimento.**

Conforme revela este estudo, existe um volume enorme de ouro com fortes indícios de irregularidades circulando pelo país. Por isso, não é razoável operar com a boa-fé nessas transações. Além disso, as mesmas pessoas responsáveis por DTVMs podem ser titulares de lavras ou estarem vincula-

³⁶ O PL 836/2021 foi elaborado com o apoio técnico do Instituto Escolhas e protocolado pelo Senador Fabiano Contarato em março de 2021, no Senado.

das a elas, além de outros elos da cadeia de beneficiamento e comercialização. Isso gera um conflito de interesses entre quem deveria estar interessado na conformidade legal do ouro adquirido (DTVMS) e quem presta a informação sobre a origem do metal. As partes na comercialização podem ser as mesmas pessoas ou terem vinculações empresariais e familiares, inviabilizando controles adequados, que não podem ser cobertos pela boa-fé dos envolvidos.

Os mercados importadores, para onde vai o ouro extraído aqui no Brasil, também devem integrar os esforços contra o ouro ilegal e exigir controles de origem e monitoramento

dos fornecedores. Poderiam, por exemplo, **classificar o Brasil como uma área de conflito e alto risco para suas importações.**

Na legislação da União Europeia já existe um [regulamento](#) para isso, mas o Brasil ainda não está na lista de países considerados de alto risco. É necessário proceder com a classificação e que ela seja adotada também por outros países. Com isso, as empresas importadoras teriam que exigir a comprovação de que a extração do ouro não ocorreu em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, o que só se faz com a adoção de sistemas de rastreabilidade.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado a partir da análise e do cruzamento de diversas bases de dados que relacionam as autorizações para a extração de ouro, os registros de comercialização, as áreas onde há indícios de extração, as exportações e as empresas envolvidas nas operações.

As autorizações para a extração de ouro, como Concessões de Lavra e Permissões de Lavra Garimpeira, e outros processos minerários foram analisadas a partir dos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), disponíveis pelo [SIGMINE](#) (Sistema de Informações Geográficas da Mineração) e consultadas também por pedido de acesso à informação, realizado em junho de 2021.

A comercialização de ouro foi analisada entre 2015 e 2020, com os dados sobre o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), também disponibilizados pela [ANM](#). Os volumes comercializados em quilos foram estimados utilizando a mesma metodologia empregada por [Manzoli et al, 2021](#), para corrigir possíveis erros identificados na base de dados bruta.

As áreas onde existem indícios de extração de ouro no país foram analisadas entre 2015 e 2020, a partir dos dados espaciais produzidos pelo projeto [Mapbiomas](#).

Os dados sobre as exportações de ouro foram extraídos do [Comex Stat](#), portal oficial

das estatísticas de comércio exterior do Brasil. Para realizar uma análise conservadora, este trabalho considerou somente as exportações de ouro registradas no código SH4 7108, que inclui ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó. No entanto, as exportações totais de ouro do Brasil são agregadas no código CUCI subgrupo 9710, que inclui também os códigos SH4 7109, 7112 e 7118, que consideram metais folheados, cinzas e rejeitos e moedas. Esses três códigos SH4 não foram considerados na análise, para evitar qualquer possibilidade de uma comparação superestimada dos volumes de exportações com os registros oficiais de produção de ouro com base nos recolhimentos da CFEM, disponibilizados pela ANM.

Os dados e informações de exportação de ouro para a Índia foram adquiridos de empresa de coleta de dados comerciais.

O levantamento sobre as empresas e pessoas envolvidas foi realizado pela coleta de dados públicos da Receita Federal do Brasil, além de documentos e informações disponíveis em sites de busca na internet. O levantamento não é exaustivo e não indica a inexistência de outras empresas ou pessoas. Foram citadas apenas as pessoas físicas que possuem a titularidade de algum processo minerário ou que eram necessárias para indicar a relação entre empresas.

**Estudo idealizado pelo
Instituto Escolhas**

Coordenação Geral: Larissa Rodrigues
e Sergio Leitão (Instituto Escolhas)

Assessoria Técnica: Carolina
Passos (Mapping Lab) e Rebeca
Lins (Instituto Escolhas)

Citar como: Instituto Escolhas. “Raio
X do Ouro: mais de 200 toneladas
podem ser ilegais”. São Paulo, 2022.

Instituto Escolhas
São Paulo, fevereiro de 2022

www.escolhas.org

Siga o Instituto Escolhas:



(**instituto**
Escolhas)